

Prefeito quer apressar rolagem

BRASÍLIA — Passados 120 dias da aprovação pelo Congresso da lei que concedeu aos estados e municípios a rolagem de suas dívidas junto à rede bancária oficial e privada, apenas quatro prefeituras de capitais conseguiram resolver o problema: Salvador, Belo Horizonte, Belém e Manaus. O desabafo é do prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, que na companhia de cinco prefeitos de capitais foi pela terceira vez ao Ministro da Fazenda tentar uma solução de curto prazo.

O prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, também participou do encontro mas não quis falar à imprensa. O grande obstáculo, segundo Vasconcelos, continua sendo a rede bancária privada. Esta vem

cobrando juros reais entre 11% e 14%, além da variação da LBC. O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste estão *rolando* as dívidas com LBC mais 8% de juros.

Esse refinanciamento virou uma “verdadeira novela”, desabafou o prefeito de Recife. Além da questão dos juros, as prefeituras enfrentam dificuldades burocráticas como, por exemplo, exigência de aprovação prévia das Câmaras de Vereadores. Bresser, preocupado com os entraves burocráticos, pediu que participasse da audiência o Secretário do Tesouro, Andréa Calabi. Os prefeitos saíram confiantes numa solução definitiva nos próximos dias. Quanto aos bancos privados, o ministro da

Fazenda foi claro ao dizer aos prefeitos que o governo não tem como interferir na questão.

Participaram da conversa os prefeitos de Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, Fortaleza e Manaus. Depois a comitiva seguiu para o Congresso onde manteve contatos com o deputado José Serra (PMDB-SP), relator do projeto de lei que reformula a cobrança do Imposto Sobre Serviço (ISS). O prefeito Saturnino Braga manifestou preocupação com a lenta tramitação do projeto de lei e pediu a votação do mesmo sob o regime de urgência. Caso contrário, disse, não será possível votá-lo até 30 de novembro quando começa o recesso parlamentar.